



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 04/2014

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014  
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 20 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>04</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>07</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>20</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>20</b>

**ACTA N.º 04/ 2014**

**ABERTURA**

Aos nove dias do mês de Setembro de dois mil e catorze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. José Armando Serra dos Reis** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;

**2.2** - Fixação de Derrama do ano de 2014;Regulamento e Tabelas de Taxas;

**2.3** - Fixação do IMI para 2015;

**2.4** - Participação variável do IRS aos rendimentos auferidos em 2015;

**2.5** - Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias:

- Contratação de Pessoal para Acompanhamento de Refeições;
- Contratação de Pessoal para o Prolongamento de Horário;
- Contratação de Assistentes Operacionais para os Jardins de Infância;
- Fornecimento de Refeições Escolares;
- Transportes Escolares;
- Aquecimento Escolar;
- Contratação de Trabalhos de Requalificação da EB1 de Unhais da Serra e do Parque Infantil;
- Projecto no Âmbito da Acção Social na União de Freguesia de Covilhã e Canhoso;

**2.6** - Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã;

**2.7** - Proposta de Desafecção de Parcela de Terreno em Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Edifício de Apoio e Polidesportivo do Rodrigo.

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha e a Senhora D. Joana Patrício Campos. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Eng.º João Carvalho, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Vítor Manuel Garcia Rebordão, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, José Augusto Martins Santos, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Francisco Bernardo Simão (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Celso José Fonseca Bogalheiro (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), António Manuel Alves Antunes Martins (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro e João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

**PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

--- O Senhor Presidente em Exercício, antes de dar início aos Trabalhos, informou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não está presente, na Sessão, por se encontrar em Lisboa numa reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior e pretender que haja a maior isenção possível na discussão de assuntos relacionados directa ou indirectamente com a sua pessoa.

O Senhor Presidente em Exercício felicitou o Senhor Presidente Eleito da Junta de Freguesia de Boidobra, desejou-lhe “os maiores sucessos enquanto Presidente e para a Comunidade Local a que preside, na Freguesia de Boidobra”.

De seguida, o Senhor Presidente em Exercício, para a constituição da Mesa, propôs a cooptação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis. -----

**ORDEM DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**EXPEDIENTE**

- E-mail do Gabinete da Presidente da República a acusar a recepção da Moção Contra o Encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo no Concelho da Covilhã;
- Ofício n.º GP/00740 do Grupo Parlamentar do CDS-PP a remeter cópia da Moção - Pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da Moção Contra o Encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo no Concelho da Covilhã;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter cópia do Projecto de Lei n.º634/XII/3ª que entregaram na Assembleia da República (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014 - Mapa Judiciário);
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta entregue ao Governo, pelos Senhores Deputados Paula Santos, Francisco Lopes e Bruno Dias, sobre a "Carência de profissionais de Saúde no Centro Hospitalar da Cova da Beira, Distrito de Castelo Branco";

- E-mail do Gabinete do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção Contra o Encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo no Concelho da Covilhã;
- E-mail do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção da Saudação à greve dos Médicos;
- E-mail do Movimento Povo Ourondo Relvas a remeter a nota de imprensa 8/2014;
- E-mail do Grupo Parlamentar PCP a acusar a recepção da Saudação à greve dos Médicos e envia o Projecto-Lei n.º 624/XII/3.<sup>a</sup>, que apresentou, para revogação da Portaria n.º 82/2014;
- E-mail da Presidência da República a acusar a recepção da Moção "Contra o Encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo no Concelho da Covilhã";
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter a resposta do Ministério das Finanças, à pergunta que lhe foi dirigida pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre o Encerramento de Repartições de Finanças no Distrito de Castelo Branco;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a acusar a recepção da Moção "Contra o Encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo no Concelho da Covilhã". E, para conhecimento, anexa a pergunta que os Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia dirigiram ao Ministério da Educação e Ciência e a resposta obtida;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução sobre o Novo Quadro Comunitário "Portugal 2020";
- E-mail de Telmo Martins a referir-se às últimas publicações acerca da LobbyProductions;
- Ofício n.º3298 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção "Contra o Encerramento das Escolas do Primeiro Ciclo no Concelho da Covilhã";
- E-mail da Senhora Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa a enviar as apreciações/sugestões que apresentou na reunião da Comissão de Acompanhamento de Revisão do PDM;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a enviar a resposta do Governo, à pergunta formulada pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre o "Eventual encerramento da Escola Básica do 1.º Ciclo da Erada, Freguesia de Erada, Concelho da Covilhã".

**INTERVENÇÕES**

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma intervenção referindo que o novo ano lectivo se inicia com problemas velhos e com o agravamento de outros, nomeadamente o encerramento da Escola da Erada **(doc.01)**. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais fez uma intervenção comparando a realização de obras feitas pela Câmara anterior e a actual, concluindo que “antes do 20 de Outubro de 2013 a Câmara trabalhava a jacto e de Outubro para cá a Câmara trabalha à velocidade da minhoca”. Pediu, ao Senhor Presidente da Câmara, uma resposta às perguntas que lhe formulou, por requerimento, sobre o Loteamento do Canhoso **(doc.02)**. -----

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma declaração política referindo “que são bem elucidativos os resultados obtidos com a acção do Governo e consequentes sacrifícios dos Portugueses” **(doc.03)**. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia fez uma intervenção referindo que “não é Catão quem quer” **(doc.04)**. -----

--- A Senhora D. Joana Campos (Aldeia de São Francisco de Assis) disse estar desiludida com a Câmara e referiu, mais uma vez, a necessidade de proceder à pavimentação da estrada 512 **(doc.05)**. -----

--- A Senhora Dra. Glória Ramos fez uma declaração política a recomendar a implementação do orçamento participativo **(doc.06)**. -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco fez uma intervenção manifestando estranheza na necessidade de o Município aderir a um processo de saneamento, face aos dados revelados no Portal de Transparência Municipal **(doc.07)**. -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa disponibilizou-se para prestar informações acerca das apreciações/ sugestões que apresentou na reunião da Comissão de Acompanhamento de Revisão do PDM (que foram remetidas a todos os Senhores Deputados Municipais). -----

--- O Senhor Francisco Moreira felicitou a Senhora Dra. Mónica pelo trabalho realizado e manifestou a concordância para a necessidade de um debate, a nível de todas as Autarquias do nosso Concelho, relativamente à questão do PDM. -----

--- O Senhor João Simão (Boidobra) referiu-se aos resultados eleitorais que obteve no passado domingo **(doc.08)**. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Rui Miguel fez uma Declaração Política referindo-se ao Loteamento do Canhoso **(doc.09)**. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais pediu esclarecimentos: “eu gostava de perguntar ao Senhor Deputado Rui Miguel, em primeiro lugar, onde é que ele encontra as ofensas no requerimento que faço ao Senhor Presidente da Câmara. Em lado nenhum consigo visualizar ofensas. Aliás, o que me parece é que esse discurso está aí enviesado e vem aqui trazer dados que não são verdade. O processo está suspenso, foi suspenso no Supremo Tribunal de Justiça, a pedido do Senhor Presidente da Câmara e pelo visado, pelo Senhor Prof. Doutor Santos Silva. E, portanto, é um processo público. Foi discutido em reunião de Câmara. Julgo que não há acta, desse acontecimento, dessa autorização da Câmara a validar esta decisão do Senhor Presidente, julgo que isso não existe, pelo menos foi solicitada e não foi atribuída a cópia. E, portanto por entender que isto é um assunto de interesse para o Concelho é que eu coloquei essa questão. Aliás, esse discurso todo que o Senhor aí faz, até há aqui nesta sala pessoas mais bem posicionadas do que eu para o esclarecer, mas se depois quiser esclarecimentos posso-lhos prestar. Aliás, tenho aqui alguns documentos que também lhe posso mostrar”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Rui Miguel disse: “eu fiz uma declaração política. Portanto, está feita. Penso que não me está a perguntar nada, por aquilo que vi não me está a perguntar nada. As ofensas estão claras. Eu disse, claramente, que a partir de uma certa parte do seu documento, o Senhor começa a comentar e a insinuar. E, aí é que estão as ofensas. É aquilo que eu analiso”. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Tive oportunidade de conhecer o texto do requerimento apresentado pelo Excelentíssimo Deputado Paulo Tourais que, de facto, nos traz algumas preocupações. Conheço alguns contornos do processo e daquilo que conheço da prática da gestão anterior, na Câmara Municipal, nada me admira que aquilo tudo tivesse acontecido. Isto para dizer que, ao longo de muitos anos, se utilizou a Câmara para se pressionar pessoas e obterem-se favores políticos ou apoios políticos. Penso que o Doutor Santos Silva está, de certa forma, a sofrer um pouco das suas opções políticas ou pelo menos a sofrer da sua não adesão a determinados projectos políticos nesta Cidade. E, vai daí, há que tornar as pessoas dependentes, há que exercer alguma pressão para que se consiga levar a água ao moinho, ou seja obter o apoio. Há, de facto, pelo menos duas situações que me parecem sintomáticas, enfim, do comportamento de quem nos geria ou de quem geria a Câmara, que é por um lado:

Exigir-se a cedência de espaços num lote que, segundo eu conheço, o próprio proprietário ou os loteadores não colocavam grande dificuldade em ceder para espaço público, para sede da Junta de Freguesia, mas para ceder o espaço é necessário construir; exige-se a cedência do espaço e paralelamente não se passa a licença do edifício que contém em si o espaço.

Portanto, esta coisa parece-me que não está muito bem clara, parece-me também que existe aqui alguma atitude e algum procedimento um pouco maquiavélico.

Leva com um processo porque não cede o espaço, mas não se passa a licença para construir o edifício onde se insere o espaço. Leva-se o processo a Tribunal por incumprimento de um protocolo que, segundo também se consta, já foi declarado nulo e ficou provada a coacção. Portanto, se as pessoas particulares, que promoveram o loteamento, conseguem provar em Tribunal que houve coacção, de facto, é porque ela existiu, penso eu, se o Tribunal assim decidiu.

É lamentável que, no Concelho, quando alguém quer investir, quando alguém quer desenvolver uma actividade... não percebo esse tipo de procedimentos de uma Entidade pública, Câmara Municipal, que devia respeitar a lei e devia, no fundamental, respeitar as pessoas do nosso Concelho.

Depois, há um outro processo que é o da Estrada de Vila do Carvalho – Canhoso. Então a Câmara invade uma propriedade sem um processo de expropriação, sem acordo com o proprietário? Isso chama-se invadir propriedade e invasão de propriedade é crime (penso que o Senhor Presidente da Câmara anterior não era um perigoso comunista que ocupava terrenos, não é? Muitas vezes foram os comunistas acusados). Portanto, ou seja, o processo da estrada também ele é um pouco desrespeitador e também revela a atitude prepotente do posso, quero e mando de quem se situava, de quem se posicionava e dirigia a Câmara. E só recordo aqui outro exemplo que é o Parque de S. Miguel (o posso, quero e mando do Parque de S. Miguel), segundo informações do Senhor Presidente da Câmara vai-nos onerar num milhão e duzentos mil euros.

Já ouvimos várias intervenções, temos maior ou menor conhecimento do processo e, penso que, até porque está envolvido o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, porque os valores são elevados, porque o processo carece de algum esclarecimento, eu atrevia-me a propor que a própria Assembleia Municipal constituísse uma Comissão para análise do processo, ouvir os interessados e trazer o esclarecimento, a luz e a verdade. Penso que esta Comissão pode, ouvindo os interessados, também promover o diálogo e procurar, desta forma, encontrar uma solução para esses dois processos que, no fundo, têm em comum a mesma Entidade, Câmara Municipal, e os mesmos interessados, do próprio loteamento. Portanto, aqui fica a nossa proposta no sentido de (sem acusações, sem injúrias, sem trazer para a praça pública muito daquilo que é informação e muito daquilo que também é contra informação), com um ou dois membros de cada força política aqui representada, constituirmos em Comissão e perante os documentos fazer essa análise, chegar a uma conclusão e eventualmente contribuir para a solução.

Apesar de ter ficado surpreendido com a notícia da suspensão do processo, porque penso que estamos a prescindir da análise de uma Instância, estamos a prescindir de uma análise que nos pode ajudar a concluir ou a esclarecer o processo, não sei se é o melhor caminho, ou não, mas penso que estamos todos de boa-fé no sentido de encontrar a melhor solução, que não prejudique o Município, mas também não prejudique o próprio interessado.



Quanto à informação escrita, Senhor Presidente, dizer-lhe que de facto é um mero expediente da Câmara, nada me surpreendeu, não encontro nada de novo. Novo, novo só o último parágrafo que não o entendo, pelo menos tem um português que eu não o entendo. Penso que há aqui confusão, o conceito tem a ver com cinco escalões indexados à remuneração mínima mensal para efeitos da componente de apoio à família no pré-escolar. Também não entendo porque é que a Câmara tem necessidade de andar aqui a definir escalões quando tem, da Segurança Social, a declaração de escalão um ou de escalão dois. Andamos aqui a multiplicar escalões quando, de facto, a única que hoje se aceita como válida, face aos rendimentos familiares, é essa declaração. Mas, é um pormenor para o qual chamo a atenção e para o cuidado, que penso, que devem ter os documentos que são distribuídos aos Membros desta Assembleia.

Por outro lado, as questões da educação Senhor Presidente. Estamos no início do ano escolar e penso que há muita coisa para decidir que ainda não se decidiu. Desde logo a constituição do Conselho Municipal da Educação, que é um órgão que pode dar uma ajuda e o apoio à Câmara Municipal e tudo aquilo que tem a ver com os transportes escolares e com os auxílios económicos. A uma semana, ou a poucos dias, da abertura do ano lectivo, as famílias das crianças do 1.º ciclo, das crianças do escalão 1 e do escalão 2, ainda hoje desconhecem quais são os apoios que irão receber da Câmara Municipal, que diga-se e repita-se, mais uma vez, tem a responsabilidade da acção social escolar no 1.º ciclo”. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Não posso deixar passar o facto de ter vindo aqui, por algumas intervenções e nomeadamente agora pelo Prof. Reis Silva, o tema do Requerimento que, como todos sabemos, visa o actual Presidente da Assembleia Municipal. Ora bem, eu gostava de deixar aqui claro que o PSD não vai interferir em questões que, do nosso ponto de vista, nesta fase nada tem a ver com política. Há processos que estão a decorrer em Tribunal e não faz sentido, do nosso ponto de vista, transformar uma questão jurídica numa questão política. Todos os vícios de processo, todas as questões que foram entretanto desenvolvidas, nos últimos tempos, vão ter os seus *timings*. O processo jurídico vai ter que ter uma resolução final, eu não sou jurista e os termos jurídicos aqui pouco importam. Discordamos totalmente desta forma de fazer política e da forma como todo este processo foi conduzido pelos requerentes. Entendemos que há meios, neste Concelho, para fazer as coisas, fiscalizar os Órgãos e fiscalizar, aquilo que são, as decisões do Órgão Executivo. Portanto, o PSD desmarca-se completamente deste tipo de fazer política, como de resto já foi sublinhado aqui por outros Deputados Municipais.

Relativamente à informação do Senhor Presidente da Câmara, há uma questão muito simples que tem a ver com o agravamento do endividamento líquido do Município. Face à última referência que tínhamos, da reunião de 07 de Julho, notamos que há um agravamento do endividamento Municipal em cerca de um milhão de euros. Portanto a pergunta é de onde é que vem este agravamento de um milhão de euros”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal felicitou o Senhor João Simão, novamente Eleito Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra, desejou-lhe as maiores venturas políticas e também pessoais.

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos através de uma apresentação em PowerPoint, que fica arquivada em pasta própria, sobre os projectos que denominou: *Covilhã Decide – Orçamento Participativo do Município da Covilhã e A Farsa do MAC em 2 actos*. -----

--- O Senhor Eng.<sup>o</sup> João Nuno Serra perguntou pelo agravamento de um milhão na dívida.

--- O Senhor Presidente da Câmara, quanto ao agravamento da dívida: “tenho uma boa notícia para dar aos Covilhanenses. É que, desde que tomei posse, já abatemos oito milhões à dívida que tínhamos. Repito, já abatemos oito milhões à dívida que tínhamos quando iniciamos funções e, portanto, acho que com isto digo tudo Senhor Deputado Municipal”. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “A minha intervenção, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, tem a ver com duas coisas. Mas antes, gostaria de lhe dizer que nós não estamos desgostosos com a obra que o Senhor venha a fazer. Estamos até muito satisfeitos com esse facto. E, realçamos aqui que, de facto, as nossas intervenções têm surtido um efeito positivo neste Executivo que, até aqui e ao fim de dez meses vai fazer, vai concluir, ainda nada está visto, mas esperamos fortemente que isso aconteça rapidamente e, aí cá estaremos para lhe dar os parabéns.

A segunda questão que lhe queria dizer é que eu tenho o Senhor Vítor Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, como uma pessoa com uma honorabilidade enorme, que não é maior que a minha! Não é maior que a minha! Nem o Senhor é mais verdadeiro do que eu, nem eu sou mais verdadeiro que o Senhor.

Portanto, o que eu fiz foi um requerimento. E, eu gostaria que o Senhor passasse a encaixar dentro de si o papel de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e não de político de oposição, que ninguém lhe pode fazer uma crítica. Foi o meu caso, foi o caso da Senhora Presidente da Aldeia de S. Francisco de Assis, que não sendo ao agrado de Vossa Excelência é merecedora logo de um chorrilho de epítetos e de uma chicana política.

O Senhor Dr. Vítor Pereira, Presidente da Câmara, veio aqui dizer que: ah e tal ele foi condenado em 264 967.73. Só que se esqueceu que, já em Novembro de 2013, havia um acréscimo de juros de mora à taxa legal, desde a data da citação até ao efectivo pagamento, que rondava os 66 mil euros. Portanto, já não estamos a falar de 264, mas sim 330 mil euros, falta os juros que vêm de 2013, desta altura até hoje e o Senhor sabe que isto é verdade. Esta é uma questão que gostaria que o Senhor esclarecesse, se são efectivamente 264 mil euros, aquilo que foi condenado, ou se são 264 mais os juros à taxa legal a contar desde essa data. E, a outra questão tinha a ver, tenho aqui também uma fotografia, desloquei-me ao local para verificar o lote e a questão que eu gostava de lhe colocar é se efectivamente o Senhor Presidente (conforme ali afirma, disse aqui que se dirigiu conjuntamente com os Senhores Vereadores ao local) se propunha, ou não, nessa mesma reunião, a resolver este problema com a troca do terreno? Era isso que eu queria e está aqui o terreno, se quiser também lho posso mostrar, este é o lote 12”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Em momento algum eu sugeri que se devia ou não devia fazer acordo. O que eu sugiro é que ouçamos, vejamos qual é que o resultado da perícia e se a perícia contiver um valor que seja condizente com aquele que está em discussão muito bem, se não for condizente e redundar num prejuízo para a Câmara, pura e simplesmente, o que devemos dar é luz verde à acção. Ela que continue e seja proferida decisão. E, para dizer como diz o Povo: É o que a cepa der! É o que a cepa der! Mas, isso, em consciência.

Para se avaliar se uma proposta é boa ou é má, tem que se avaliar essa proposta. Como eu nem nenhum dos Senhores Vereadores é engenheiro, nem tem o dom da avaliação deste tipo de imóveis, solicitámos aleatoriamente, de forma transparente, quem é que devia fazer essa avaliação. Aguardamos que ela venha para, em consciência, em função do resultado dessa mesma perícia virmos a proferir uma decisão. E, a nossa decisão ou é fazer acordo ou é não fazer acordo. Agora, em momento algum me pronunciei sobre a viabilidade ou inviabilidade da acção, se devíamos ou não devíamos fazer acordo, limitei-me a por à consideração dos Senhores Vereadores, na Câmara Municipal da Covilhã.

O Senhor Deputado Municipal Paulo Tourais fundou uma afirmação, que aqui fez, num *email* que foi enviado ao meu antecessor (que eu farei distribuir aos Senhores Deputados Municipais e à Comunicação Social. Verão que, nesse *email*, diz lá que o montante da condenação são 260 e tal mil euros). Ora bem, quem teve acesso a esse *email*, para fazer o requerimento a por lá quatrocentos e tal mil, vem agora reconhecer que são 260 e tal mil mais juros. Estamos conversados quanto ao que é boa-fé ou má-fé nestas questões. Há evidência! Há evidência!” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Não foi um amigo de Lisboa, nem alguém que nos visitou ou que veio de França. Basta cada um de nós transitar no nosso Concelho, principalmente na Zona Sul, para verificar o estado calamitoso das vias, da limpeza de valetas. Existem casos em que os arbustos já ultrapassam os rails de protecção e colocam em causa a segurança dos veículos que ali transitam. Os custos não são assim tão elevados e penso que a Câmara, em colaboração com as Juntas de Freguesia e com outras Associações, poderia rapidamente encontrar os meios para dar resposta e intervir. Manter as vias do nosso Concelho limpas, ajuda muito no bem-estar das Populações.

Orçamento Participativo, eu prefiro chamar-lhe Orçamento Participado.

O Orçamento Participado, na nossa opinião, participado em reuniões com as Juntas de Freguesia, procurando dar resposta às necessidades das Populações, com as Associações de âmbito cultural, desportivo e recreativo, Associações de Moradores, enfim, tudo. E mais, o Orçamento Participado pelos Membros da Assembleia Municipal, também aqui neste espaço fazem propostas, fazem sugestões de intervenção e o Senhor Presidente da Câmara nem sempre, ou raramente, aceita as sugestões ou pelo menos não vemos a execução no terreno. Repare que, esta história das valetas e da limpeza, já é a terceira ou quarta vez que a coloco e não vejo movimento, ou seja, não vejo a acção da Câmara, ou neste caso, não vejo resultado da minha participação na gestão Municipal. Depois, questionar se esta ideia, do Orçamento Participativo, já foi discutida na Câmara, se já foi apreciado? Está a dizer que sim, mas há Vereadores que me dizem que não (no nosso caso a comunicação funciona, como vê).

O Orçamento Participado, como eu o defini no início, deveria dar resposta àquilo que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis se queixou e com razão. Possivelmente, a Freguesia já deveria ter sido visitada pelos Responsáveis Municipais, não só para ver a questão da obra da estrada, mas também para analisar outras necessidades existentes na Freguesia. O Senhor Presidente da Câmara concordará que a Câmara Municipal deve, com regularidade e com frequência (não só quando necessita de elaborar o Orçamento), reunir com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. São eles que estão mais próximos das Populações, conhecem a realidade e, muitas vezes, encontram a forma mais económica da resolução dos problemas. Portanto, em vez do Orçamento Participativo, de facto, prefiro o Orçamento Participado, começando logo no seio do próprio Executivo, valorizando a participação dos Senhores Vereadores”.

Solicitou esclarecimentos quanto aos valores, contraditórios, mencionados nas duas placas sobre o Welcome Turismo. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Comungo de muitas das preocupações que salientou. Mas, como há-de convir, não houve tempo suficiente, não é humanamente exigível, nem tecnicamente, nem politicamente exigível que se resolvam em dez meses coisas que têm vinte anos, Senhor Deputado Municipal.

Já o ouvia, faça-lhe essa justiça, já o ouvia a lamentar-se, no anterior Executivo, relativamente a muitas dessas questões. Isso só vem reforçar aquilo que eu estou a dizer, aquilo que eu penso e aquilo que qualquer comum Cidadão entende, que só por desconsideração ou má-fé, ou não ter em conta aquilo que é a experiência da vida comum, é que se vai exigir a um Executivo que faça em dez meses o que os outros não fizeram, nem em dez, nem em vinte anos.

Mais, aproveito para lhe dizer, uma das grandes preocupações que tenho é a da limpeza de bermas, que na próxima semana será efectuada limpeza das bermas entre o Paul e o Ourondo, onde as silvas e as giestas invadem, há anos, a estrada pondo em perigo quem lá circula, tirando visibilidade, não mostrando a sinalização. Este é um exemplo.

Agora, eu não posso é intervir, já na próxima semana, em Aldeia de S. Francisco de Assis que é um caso paradigmático de desleixo ao longo dos anos. E, lá está, mais uma vez, Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis, o mesmo argumento: como não há lá muitos votos, enfim, trabalha-se mais a Cidade e menos o Sul do Concelho. Eu não tenho essa visão e é por isso que me indigna e peço-lhe desculpa do tom mais veemente da minha voz, mas é por isso, é exactamente por isso. Porque eu chego ao Executivo, faço justiça às suas Populações e o que oiço é uma crítica contundente por ter feito bem. Aquilo que eu oiço é uma crítica contundente por ter feito bem, por conseguir fazer, lançar uma obra em dez meses que os outros em vinte anos não fizeram. E, portanto, é um pouco essa a ideia que eu quero deixar aqui relativamente a essas matérias e isso para responder a algumas das questões que o Senhor Deputado Municipal Vítor Reis Silva colocou.

Relativamente ao Orçamento Participativo, obviamente que ele não foi debatido, no Executivo, quanto ao pormenor com que o apresentei aqui. Mas disse claramente, aqui, que quero que o regulamento do Orçamento Participativo alargado, profundo, o verdadeiro, o profundo, o purista (vai ser para o ano, esta é a primeira fase), seja debatido no Executivo Camarário e, posteriormente, nesta casa. E vai sê-lo em primeira linha no Executivo e o Senhor Vereador da CDU, no caso concreto, terá a oportunidade de dar os

seus contributos prestimosos para esse Regulamento e depois esse Regulamento vai vir aqui a esta casa para ser trabalhado e para ser tratado e ser referendado. Cria-me Senhor Deputado Municipal que não tem mais vontade do que eu, mais ânimo, mais coragem e mais determinação para fazer mais e melhor do que eu, relativamente aos problemas que são os problemas do Concelho e das Populações do Concelho da Covilhã”. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Voltando, um bocadinho atrás, ao assunto do Requerimento apresentado pelo MAC e como tenho formação na área, eu devo dizer antes de mais que todas as pessoas, todos nós enquanto Cidadãos temos um dever de verdade e nós, Deputados Municipais, temos um dever acrescido de verdade. E ao ler, tomei agora conhecimento deste requerimento, este requerimento e após as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta matéria, verifico que tudo o que é factual, neste requerimento, não corresponde à verdade. Digo, não corresponde à verdade o valor que está em causa, porque no requerimento fala-se em 430 mil euros mais juros o que dá grosso modo 500 mil euros, foi agora distribuído uma impressão de um *email* que fala em 350 mil euros. Portanto, o facto 500 mil euros é falso. Depois diz-se que o Supremo Tribunal de Justiça se apressa para confirmar decisão do Tribunal da Relação de Coimbra. Pois eu digo, numa rápida investigação que eu fiz ao site do Supremo Tribunal de Justiça, às decisões que o mesmo toma, captei quatro acórdãos, de vários anos, onde as decisões são absolutamente contraditórias com aquilo que foi decidido nas Instâncias, quer na primeira, quer na segunda Instância. Portanto, nada garante que aquilo que foi decidido pelo Tribunal da Relação de Coimbra seja igualmente decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça. Isto é tão óbvio, tão óbvio que não devia haver necessidade de dizer, mas tem que se dizer porque parece que há pessoas que não entendem o que é óbvio. Portanto, mais uma inverdade.

Eu gostava de perguntar à Assembleia, aqueles que vêm agora dizer que a Câmara deve deixar seguir para Tribunal, deve deixar a decisão nas mãos do Supremo, se a decisão for improcedência de acção o que é que vão dizer? Será que assumem pessoalmente o pagamento desta quantia? Sejamos sérios. Não vale a pena afastarmo-nos da seriedade e da verdade.

Relativamente às questões, no ponto três diz aqui que houve uma reunião secreta da Câmara Municipal. Não, houve uma reunião normal ordinária onde foi tudo decidido transparentemente. E, portanto, mais um facto que não corresponde à verdade, neste requerimento. Eu, neste momento, depois das explicações da Câmara, estou convencido que a vontade íntima, de quem fez este requerimento, será a de retirar este requerimento. Até por uma questão de dignidade pessoal. E, a pergunta que eu deixo, ao Senhor Presidente de Câmara, é exactamente nesse sentido, se há disponibilidade da Câmara Municipal de aceitar algum acto de vontade do requerente para retirar este requerimento da mesa da Assembleia Municipal e também da mesa do Senhor Presidente de Câmara? Uma espécie de acto de contrição, como diz aqui o meu colega de Bancada”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Ouvi a intervenção do Senhor Deputado da CDU e fiquei com a sensação que não havia propriamente uma contradição. Porque, provavelmente haverá uma tentativa, haverá várias fases na implementação sendo que posteriormente se passará para uma auscultação mais directa e mais sistematizada das Populações. Eu gostava que isto ficasse esclarecido e dito de uma forma clara para poder entender”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Nós vamos fasear este projecto, Covilhã Decide, em duas fases: a inicial, é deste ano, em que vamos dar oportunidade aos nossos Concidãos de priorizarem despesa, investimentos no âmbito daquelas rubricas que vêm indicadas, às quais terão acesso no sítio da Câmara e que serão divulgadas na Comunicação Social, poderão votar por SMS ou no próprio portal, para o efeito criado e que será rateado, será distribuído em função da prioridade pelas diversas rubricas em que os nossos Concidãos querem que o dinheiro seja investido, mas no próximo ano. Porque este ano temos o handicap de o Orçamento objecto de discussão e votação até 31 de Outubro, nos anos anteriores a Lei estipulava que era até 31 de Dezembro. Portanto, é prática desde sempre que os Orçamentos eram votados até ao final do ano, agora são-no até final de Outubro e portanto dizer que isto é faseado. É, digamos que é uma introdução ao Orçamento Participativo.

Já referi que um Orçamento Participativo, puro e duro, no seu estado de pureza, é aquele em que se escolhem projectos concretos, obras concretas, em função também de valores, como não podia deixar de ser, que são priorizados e depois são objecto de escrutínio, de análise e face a essa votação serão implementados e plasmados no Orçamento e feita a respectiva obra. Outra coisa é começar por ouvir os nossos Concidãos, onde é que eles entendem que deve ser gasto o dinheiro, nesta primeira fase. O dinheiro é distribuído proporcionalmente àquilo que for escolhido. Processo mais claro, julgo eu que não poderia existir.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Dr. Pina Simão o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “Não! Eu próprio aceitar a retirada deste requerimento era beneficiar o infractor. O infractor não pode ser beneficiado, o infractor tem que ser punido politicamente. Aqui diz bem da postura, este requerimento começa por dizer assim: as Senhoras foram condenadas a pagar 400 e tal mil euros. É assim que começa, não começa com uma pergunta e é um requerimento. E, baseado num *email* que foi enviado ao meu antecessor, quem teve acesso ao *email* vê que a quantia são 264 mil. Portanto, é óbvio que quem escreveu aquele Requerimento está a mentir com quantos dentes tem na boca e fê-lo entrando em contradição aqui nesta Assembleia”. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais para defesa da honra: “Fui aqui chamado de mentiroso”. --

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Está aqui escrito. É uma mentira provada por certidão, por certidão, com a sua anuência. O Senhor a confirmar que foi aqui que foi ver. O Senhor confirma que foi aqui que se inspirou”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em Exercício, deu por encerrada a discussão do ponto 2.1. -----

## **2.2 – FIXAÇÃO DE DERRAMA DO ANO DE 2014**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Setembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3921 de 2014.09.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do Valor da Taxa da Derrama para o ano 2014, em 1,20%, e Isenção para os Sujeitos Passivos com volume de negócios até 150.000,00€**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

## **2.3 – FIXAÇÃO DO IMI PARA 2015**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Setembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3923 de 2014.09.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva que apresentou uma Proposta alternativa (**doc.10**). O senhor Presidente da Câmara informou que gostava de dar o parecer favorável à proposta apresentada pelo Senhor Prof. Reis Silva, mas em consciência e com sentido de responsabilidade, atentas as dificuldades financeiras do Município da Covilhã, não pode de forma alguma concordar com ela. -----

---- Colocadas as propostas da Câmara Municipal “A” e do PCP “B”, em alternativa, à votação – **Fixação do IMI para 2015**, foi **aprovada por maioria, a Proposta “A”, com 33 votos a favor (PS, IND e PSD) e rejeitada, a Proposta “B”, com 04 votos a favor (PCP)**.-----

## 2.4 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS AOS RENDIMENTOS AUFERIDOS EM 2015

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Setembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3924 de 2014.09.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes:

- A Senhora Dra. Mónica Ramôa que apresentou uma Proposta alternativa (**doc. 11**);
- O Senhor Presidente da Câmara informou: “tivéssemos nós umas finanças Municipais saudáveis, como outros Municípios ostentam no nosso Distrito, não eram 1%, nem 2%, eram 5. Era na íntegra. E podíamos e devíamos, em prol dos nossos Concidãos, prescindir dessa consubstancial fatia de transferências do Orçamento de Estado. Reconheço que tudo quanto argumenta, em abono da sua tese, é bom. A verdade é, deve dizer-se também, que isso significa prescindir de uma fatia substancial da receita que é transferida do Orçamento de Estado para o Município da Covilhã e nós não nos podemos, neste momento, no actual contexto Municipal não nos podemos dar ao luxo de prescindir. Nós estamos a fazer um esforço ciclópico para diminuir a nossa dívida, para que cheguemos a um nível de endividamento em que possamos recorrer ao crédito para fazer aquilo que é importante, que é fundamental. Gostava de a acompanhar nessa sua proposta que é bem-intencionada. Eu próprio em 2009, e nesse aspecto não tenho pejo nenhum em o dizer, enquanto Vereador da Oposição propus exactamente o que a Senhora está a propor, porque na altura vendiam-me a ideia de que eramos ricos, que estávamos ricos na Covilhã, mas eu cheguei à conclusão que efectivamente e infelizmente não estamos ricos, nem remediados e portanto temos que pensar de outra maneira”;
- O Senhor Prof. Reis Silva perguntou, ao Senhor Presidente da Câmara, se acha que os problemas financeiros da Câmara se resolvem penalizando as Populações com mais impostos, agravando esses impostos ou se, as dificuldades financeiras da Câmara, não se resolvem com uma gestão mais eficiente, com uma gestão dos recursos humanos mais criteriosa, com a aplicação dos recursos financeiros em acções e actividades onde o custo benefício seja elevado.  
“Todos nós sabemos que a situação da Câmara não é a melhor, que os Governos do PS e do PSD penalizaram as Câmaras Municipais, mas não podemos carregar sempre sobre os mesmos. E, é sempre sobre a População, há dificuldades vai-se buscar dinheiro à População, vem a Troika carrega-se na População, cortes nos salários e nas pensões. Quando não há dinheiro corta-se nas despesas. Não se diz ao Povo, que o não tem, para dar mais. Tem que haver critérios e, o Senhor Presidente, não me responda com os argumentos do seu antecessor, porque já eram assim: chuva no nabal, sol na eira. É a mesma coisa, ouvi isso durante muitos anos”;



- O Senhor Dr. Pina Simão: “Não posso deixar de fazer uma pequena intervenção sobre a intervenção do PCP. Estranha-me à consciência pessoal e estranho em função da doutrina defendida pelo PCP. Desmontando esta questão do 1% do IRS, temos aqueles que pagam impostos que ficariam com 1% desse valor no bolso, quanto mais se ganha mais fica no bolso. E, depois, temos aquela camada pobre da População, que não tem mais rendimentos mensais do que trezentos euros, que não paga impostos e não tem benefício nenhum e depois o que é que acontece? Uma das funções primordiais das Entidades Publicas é redistribuir o valor criado. Ora, se o dinheiro fica no bolso do outro contribuinte, naturalmente estamos a prejudicar quem mais precisa”;

- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, porque o ouvi durante a Campanha (e foi assim que ele, de facto, ganhou as Eleições) com um chorrilho de promessas, a todo o Povo da Covilhã, que baixaria a água, que baixaria os impostos, de que resolveria o problema dos 140 milhões de dívida. E, oiço-o agora, passado dez meses manter a taxa de IRS, que está no valor máximo e aumentar o IMI. O aumento do IMI aceita-se a justificação que é dada, mas eu julgo que haveria outras formas de lá chegar. De qualquer maneira gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara (e porque é isso que tira o crédito aos políticos, isso aconteceu com o Sócrates, com o Passos Coelho, acontece agora com o Vítor Pereira) quando é que efectivamente honram a palavra que deram nas Eleições ao Povo da Covilhã?”

- O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas: “Se há coisa que eu não fiz durante a Campanha Eleitoral foi prometer. Prometi, sim, esforçar-me para combater os problemas que eu sabia existirem na Câmara da Covilhã e ao actuar desta forma não defraudei ninguém; Relativamente ao IRS, não estamos a aumentar nada, o que nós estamos a manter é não deduzir absolutamente nada aos 5% que vêm do passado. Há aqui uma questão do ponto de vista técnico que não é despidianda, de uma análise que foi feita, quem é que beneficiaria mais de uma eventual redução de IRS? Aqueles que mais recebem. Aqueles que menos ganham não seriam beneficiados com a redução do IRS”;

- A Senhora Dra. Mónica Ramôa: “Relativamente ao que diz sobre os que menos auferiam, dessa vantagem, seriam os mais carenciados, também quem ganha mais é porque declarou o rendimento e paga mais de imposto. E, toda a gente sabe que 10 euros, ou vinte, a quem ganha 800, ou 900, é diferente de 100 a quem ganha dois mil.

Voltando à proposta, de que serve a Câmara ficar um pouco mais rica se a População que deve servir empobrece e se pode mitigar esse efeito? Porque é possível mitigar.

Essa decisão política, que a Câmara está a tomar, não é a opção de mitigar este estado de pobreza em que está a mergulhar o Povo. E mais, essa redução de IRS, essa retoma de 1% para a População do IRS, poderia até, em última análise, ser mais um argumento para que as pessoas não abandonem ou que venham a morar para o Concelho da Covilhã, que outros Concelhos, como sabe, até do Interior do País estão a fazer. Ou seja, não tomam isto como uma despesa, não tomam isto como menos dinheiro que a Câmara vai receber, mas tomam isto como um investimento, nomeadamente para a População Jovem, que nos interessa aqui acautelar e manter, até que venha mais. Eu só queria que me dissesse que a sua governação, neste momento e para este caso concreto, não é para a População, não é no sentido de mitigar o empobrecimento da População, mas sim impedir que a Câmara fique mais pobre”;

- O Senhor Presidente da Câmara: "Em bom rigor, ao não prescindirmos deste valor (reitero que no passado nunca foi deduzido nada à colecta em termos de IRS, nunca se prescindiu desta verba), ficamos com mais dinheiro para podermos fazer face a quem mais necessita. Sendo certo que, aqueles que mais necessitavam não seriam nunca abrangidos, como já referi, por essa medida. A nossa prioridade é auxiliar quem mais precisa e quem mais necessitado está. Precisamos de ter dinheiro para fazer face a essas necessidades que as pessoas sentem". -----

--- Colocadas as propostas da Câmara Municipal "A" e do PCP "B", em alternativa, à votação – **Participação Variável do IRS aos Rendimentos auferidos em 2015**, foi aprovada por maioria, a Proposta "A", com 32 votos a favor (PS, IND e PSD) e rejeitada, a Proposta "B", com 04 votos a favor (PCP). -----

**2.5 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS:**  
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES;  
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O PROLONGAMENTO DE HORÁRIO;  
CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA;  
FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES;  
TRANSPORTES ESCOLARES;  
AQUECIMENTO ESCOLAR;  
CONTRATAÇÃO DE TRABALHOS DE REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE UNHAIS DA SERRA E DO PARQUE INFANTIL;  
PROJECTO NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL NA UNIÃO DE FREGUESIA DE COVILHÃ E CANHOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Julho de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.º 3742/3/4/5/6/7/8 de 2014.08.29 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a Proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias: Contratação de Pessoal para Acompanhamento de Refeições; Contratação de Pessoal para o Prolongamento de Horário; Contratação de Assistentes Operacionais para os Jardins de Infância; Fornecimento de Refeições Escolares; Transportes Escolares; Aquecimento Escolar; Contratação de Trabalhos de Requalificação da EB1 de Unhais da Serra e do Parque Infantil; Projecto no Âmbito da Acção Social na União de Freguesia de Covilhã e Canhoso**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Eng.º João Nuno Serra (**doc.12**). -----

**2.6 - REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E  
FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA  
AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO  
CONCELHO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Setembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3922 de 2014.09.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 37 votos a favor (PS, MAC e PSD) e 02 votos contra (PCP) e 1 abstenção (PCP)**.

**2.7 – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO  
PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – EDIFÍCIO DE APOIO E  
POLIDESPORTIVO DO RODRIGO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Julho de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3749 de 2014.08.29 e seus anexos.-----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafectação de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Edifício de Apoio e Polidesportivo do Rodrigo**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve intervenientes. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezoito horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente em Exercício,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,